



DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.26954

## Estados Unidos-Cuba: oito mitos de uma confrontação histórica\*

Recebido: 30-08-2019

Aprovado: 03-01-2020

Elier Ramírez Cañedo<sup>1</sup>

Durante um longo tempo o conflito Estados Unidos-Cuba tem sido estudado por numerosos acadêmicos no mundo, fundamentalmente dos países envolvidos. No entanto, apesar das numerosas investigações existentes sobre isso e das milhares de páginas de documentos desclassificados nos próprios Estados Unidos, ainda hoje persistem determinados mitos, sustentados pelo desconhecimento, a falta de informação, as análises superficiais e a manipulação intencional com propósitos políticos. Não são poucos os inimigos da Revolução Cubana que utilizam a tergiversação histórica como via predileta para atacar o projeto cubano dentro de uma estratégia mais ampla de guerra cultural contra o socialismo em Cuba.

O objetivo fundamental deste ensaio é oferecer os argumentos necessários para desbancar todos aqueles mitos que, ao redor do conflito Estados Unidos-Cuba, pretendem ainda em nossos dias se converterem em verdades estabelecidas. Apresentamos e analisamos apenas oito deles por considerá-los os mais importantes dada sua recorrente menção nos círculos acadêmicos estrangeiros, mas que logicamente não seriam os únicos a levar em conta.

---

\* Traduzido do original em castelhano por Tomás Servi Barcelos, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília (PPG-ECsA, UnB) e Raphael Lana Seabra, docente do PPG-ECsA, UnB.

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Históricas, autor do livro *La Batalla Diplomática y Política en torno a la Crisis De Octubre* e coautor de *5 Temas Polémicos Sobre Cuba*, ambos editados pela Ocean Sur. É membro do Conselho Científico do Instituto de História de Cuba e do Tribunal Nacional de Doutorados em Ciências Políticas. É membro da Academia de História de Cuba e Deputado da Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba. E-mail para contato: elier@palacio.cu.



**Mito 1: “A Raiz do Conflito Encontrava-se na Aliança da Revolução com a União Soviética, pois a Administração Eisenhower estava Disposta a se Entender com um Projeto Nacionalista Democrático em Cuba”**

Esta afirmação desconhece a evolução histórica do conflito Estados Unidos-Cuba, cujas primeiras expressões podem ser remontadas a fins do século XVIII, quando começou a se perfilar o que seria a essência fundamental da confrontação bilateral: hegemonia versus soberania. As fontes documentais existentes demonstram que as pretensões de anexar ou dominar Cuba estiveram presentes nos pais fundadores da nação norte-americana, inclusive desde antes da conquista da independência das Treze Colônias.

Já em 1767, Benjamin Franklin havia recomendado ao lorde William Petty II, conde de Shelburne e Secretário de Estado para assuntos coloniais da Inglaterra, fundar um assentamento em Illinois para que, diante de um possível conflito armado, servisse de ponto para descer até o golfo do México e, então, tomar Cuba ou o próprio México (Limia, 2014, p.276). Também numa data tão prematura como 1783, John Adams, segundo presidente dos Estados Unidos havia feito a seguinte declaração: “Cuba é uma extensão natural do continente norte-americano e a continuidade dos Estados Unidos ao longo desse continente torna necessária sua anexação” (Borón, 2014, p.66).

Este trabalho seria demasiado extenso se citássemos as numerosas expressões obtidas nos documentos, denominados *Founding Fathers*, fundamentalmente aqueles que depois de ocupar a presidência e a secretaria de Estado desse país, demonstraram como, desde o surgimento dessa nação a elite do poder estadunidense projetou a anexação de Cuba a seu território (Cf. Guerra, 1973). Em 1823, a chamada política da fruta madura se tornaria a pedra angular da política externa dos Estados Unidos para a maior das Antilhas. Enquanto não existiram as condições para se apoderar de Cuba, era preferível que a ilha permanecesse sob o domínio da Espanha, antes que sua soberania fosse transferida para uma nação muito mais poderosa, especialmente a Inglaterra, a rainha dos mares naqueles anos. Desta forma os Estados Unidos rechaçaram com veemência a possibilidade de uma expedição colombiano-mexicana que levara Cuba e Porto Rico à independência na década de vinte do século XIX (Cf. Ramírez Cañedo, 2012) e se negaram a reconhecer a luta dos cubanos durante os atos de independência da segunda metade do século XIX. Os Estados Unidos consideraram que estas opções políticas para Cuba poderiam também colocar em risco suas ambições sobre a Ilha.



Mesmo assim, durante a República Neocolonial burguesa, os Estados Unidos bloquearam toda a possibilidade de existência de uma burguesia nacional em Cuba. Durante o denominado governo dos 100 dias<sup>2</sup> (de fato foram 127) Washington não o reconheceu e se envolveu nas conspirações que levaram finalmente a sua queda. O governo de 100 dias não foi comunista, ainda que tenha tomado medidas importantes de assistência social, sobretudo, por inspiração de seu Secretário de Governo, Guerra e Marinha, Antonio Guiteras Holmes, mas de fato recolocou os termos das relações com os Estados Unidos e adotou posições anti-intervencionistas. Estados Unidos também fizeram todo o possível para evitar que um governo de corte burguês nacionalista, liderado pelo partido ortodoxo, dominasse o país, apoiando Fulgêncio Batista até as últimas consequências, figura representativa do mais conservador capitalismo dependente cubano. Quando a queda de Batista se tornava inexorável, a administração Eisenhower tratou, na última hora, de construir e respaldar uma terceira força para evitar que o Movimento 26 de Julho chegasse ao poder.

Assim, quando a Revolução Cubana triunfa em 1959, é verdade que a administração republicana de Dwight D. Eisenhower reconheceu – não sem certa reserva – o novo governo em 7 de janeiro, mas ao mesmo tempo foi traçada como meta fundamental evitar a consolidação da revolução social em Cuba e, com isso, que os interesses estadunidenses na Ilha fossem feridos. Daí a baixa cooperação e a animosidade que as autoridades estadunidenses mostraram aos novos líderes cubanos desde o momento do triunfo, apesar da avaliação positiva sobre as várias figuras moderadas dentro do gabinete cubano, que pensavam utilizar para evitar a radicalização do processo e conservar a Ilha na sua esfera de influência.

Eisenhower havia apoiado o ditador Fulgencio Batista desde que assumiu a presidência dos Estados Unidos, motivo pelo qual não estava em condições de se entender com a Cuba revolucionária que emergia. Por isso, a administração Eisenhower não significaria um novo desenho de política para Cuba, mas sim uma total continuidade. A própria equipe de governo que havia fracassado na busca de uma alternativa para evitar a tomada do poder por parte das forças revolucionárias era a mesma que então tinha de se entender com a Cuba de Fidel Castro. Por tal razão, os planos subversivos da potência do norte contra a Revolução Cubana

---

<sup>2</sup> O governo de 100 dias ocorreu entre setembro de 1933 e janeiro de 1934, logo após a revolução que derrubou o ditador Gerardo Machado da presidência, com insurgência de estudantes e trabalhadores. Guiteras foi um jovem estudante que fundou a União Revolucionária e assumiu funções de alto escalão no curto gabinete. Tinha simpatia pelo líder comunista Julio Antonio Mella e se identificava com o pensamento de José Martí. Foi assassinado em 1935. (Nota dos editores – N.E.)



começaram a ser planejados e executados desde os primeiros meses do ano de 1959<sup>3</sup>, especialmente pela CIA, ainda que apenas depois da aprovação da Lei de Reforma Agrária de 17 de maio, que eles se fizessem sentir com mais virulência.

Apesar da apropriação formal do “Programa de Ação encoberta contra o regime de Castro” tenha acontecido em março de 1960, a diretriz da “mudança de regime” havia sido tomada já no próprio ano de 1959. Dois altos funcionários do Departamento de Estado dos Estados Unidos, o subsecretário para Assuntos Políticos, Livingston T. Merchant, e o secretário adjunto para Assuntos Interamericanos, Roy Rubbottom, reconheceriam depois que desde junho de 1959 “havia chegado a decisão de que não era possível lograr nossos objetivos com Castro no poder”, colocando em marcha um programa que “o Departamento de Estado havia elaborado com a CIA”, cujo propósito era o de “ajustar todas as nossas ações de tal maneira que fosse acelerado o desenvolvimento de uma oposição em Cuba, que produzisse uma mudança no Governo cubano resultante num novo Governo favorável aos interesses dos E.U.A.” (Cf. Alzugaray, 2008).

“Mesmo que nossos experts em Inteligência estivessem indecisos durante alguns meses – afirmou Eisenhower em suas memórias –, os fatos gradualmente foram levando-os à conclusão de que com a chegada de Castro, o comunismo havia penetrado no Hemisfério (...). Em questão de semanas após a entrada de Castro em Havana, nós no governo começamos a examinar as medidas que poderiam ser efetivas para reprimir a Castro no caso de se converter numa ameaça” (Eisenhower, 1966, p.404).

As dúvidas que ainda poderiam restar aos Estados Unidos sobre se a radicalidade do processo revolucionário cubano ultrapassaria os limites de sua tolerância ou os “requerimentos mínimos de segurança”, como aparecia em alguns de seus documentos secretos, terminaram quando a primeira lei de Reforma Agrária em Cuba foi assinada em 17 de maio de 1959. Todas as evidências levam a pensar que a partir desse momento o governo dos Estados Unidos se convenceu de que a revolução social em Cuba era verdadeira e que esta constituía um potencial perigo para seus interesses fundamentais na Ilha e no hemisfério ocidental. No entanto, as relações entre Cuba e a URSS não haviam sido estabelecidas, nem havia sido declarado o caráter socialista da Revolução, mas o desafio cubano já era considerável, pois rompia com os moldes clássicos do controle hegemônico de Washington sobre a região. Deste

---

<sup>3</sup> As primeiras ações de hostilidade do governo dos Estados Unidos contra a Cuba revolucionária foram a hospitalidade e asilo que ofereceram aos criminosos de guerra e ladrões da ditadura de Batista, assim como a campanha midiática contra os julgamentos dos crimes de guerra, muitos dos quais foram condenados a pena capital. Os meios de comunicação dos Estados Unidos e figuras importantes dentro das estruturas de poder desse país destacaram que em Cuba estava sendo gerado um banho de sangue.



modo, uma vez que Cuba mostrou sua possibilidade de atuar como nação independente, tanto no plano interno como na política externa, numa região que os Estados Unidos consideravam seu quintal seguro, a essência do conflito Cuba-Estados Unidos chegou ao ápice de sua expressão.

Não foram, portanto, os vínculos de Cuba com a URSS a partir de fevereiro de 1960, quando foram firmados os primeiros acordos econômicos que deram origem ao conflito Estados Unidos-Cuba, como alguns autores se esforçam para tornar visível num relato pouco plausível. Como reportou o embaixador estadunidense em Havana ao Departamento de Estado, estes acordos não afetavam diretamente os interesses estadunidenses, muito pelo contrário (Alzugaray, 2012, p.141).

A verdade é que a ideia de um satélite cubano de Moscou seria o pretexto idôneo que algumas figuras mais importantes dentro da administração estadunidense buscariam para desenhar uma política mais agressiva contra a Ilha. Em 24 de novembro de 1959, o embaixador inglês nos Estados Unidos reportava a sua chancelaria:

“Eu tive que ver Allen Dulles esta manhã sobre outro assunto, e ele aproveitou a oportunidade para discutir Cuba, em uma base estritamente pessoal. Do seu ponto de vista pessoal, ele esperava significativamente que nós disséssemos que não continuaríamos com a negociação sobre os *Hunter* [referindo-se aos gestos que Cuba realizava para comprar aviões no Reino Unido]. Sua razão fundamental é que isto poderia levar a que os cubanos solicitassem armas aos soviéticos ou ao bloco soviético. Ele não havia despachado isto desde o Departamento de Estado, mas era claro que no caso da Guatemala havia sido o envio de armas soviéticas o que havia unificado os grupos de oposição e criado a situação para o que se fez” (apud Céspedes, 2012, p.212).

Firmadas as razões propagandísticas, a administração Eisenhower iniciou imediatamente um amplo espectro de políticas agressivas contra a Revolução Cubana com o objetivo de alcançar uma mudança de regime muito antes de estabelecidas a relações entre Cuba e URSS e da declaração do caráter socialista da Revolução, entre elas, a suspensão da alocação de créditos, campanhas difamatórias, violações do espaço aéreo e marítimo de Cuba, sabotagens aos objetivos econômicos da Ilha, ataques piratas, apoio da CIA à contrarrevolução interna em suas ações de sabotagem, manutenção e incitação ao banditismo, tentativas de assassinato dos líderes da Revolução, utilização da Organização dos Estados Americanos (OEA) para condenar e isolar diplomaticamente Cuba, apoio encoberto a invasão desde o exterior por elementos bastitianos alojados em Santo Domingo sob o patrocínio do ditador Trujillo entre outros atos de agressão. No entanto, logo a CIA e o Presidente chegaram à conclusão de que o único modo de “resolver” o assunto sobre Cuba era desde o assassinato



de Fidel Castro ou da invasão da Ilha<sup>4</sup>. Deste modo, desde dezembro de 1959 a CIA havia concebido um programa de formação de um exército de mercenários cubanos para invadir o país, alguns deles criminosos da ditadura batistiana. Este plano foi aprovado pelo presidente Eisenhower em março de 1960. Em 6 de julho do mesmo ano, o presidente estadunidense cancelou a quota cubana de açúcar e em 19 de outubro sua administração declarou o “embargo” parcial ao comércio, proibindo todas as exportações, exceto de alimentos e medicamentos, mesmo que a guerra econômica contra Cuba tivesse começado muito antes<sup>5</sup>. Em 3 de janeiro de 1961 o governo estadunidense o anunciou o rompimento das relações diplomáticas com Cuba e em 16 de janeiro estabeleceu as primeiras restrições das viagens dos cidadãos estadunidenses à Ilha.

Assim, a Administração Eisenhower deixou preestabelecidos os elementos essenciais que caracterizariam a política dos Estados Unidos para Cuba durante mais de meio século. As administrações subsequentes simplesmente fariam aportes menores, para que cada uma delas imprimisse sua marca particular à política orientada contra Cuba<sup>6</sup>

## **Mito 2: “Foi o Governo Revolucionário em Cuba quem Conduziu à Situação de Ruptura das Relações Diplomáticas em Janeiro de 1961”**

Em abril de 1959 Fidel viajou aos Estados Unidos – sua segunda saída ao exterior depois do triunfo da Revolução<sup>7</sup> -, não para pedir dinheiro como estavam acostumados os presidentes da república neocolonial burguesa, mas sim para explicar os rumos que a Revolução tomaria e buscar a compreensão do governo e do povo dos Estados Unidos sobre o novo momento histórico que se vivia em Cuba.

Tudo poderia ter sido menos traumático para os Estados Unidos se houvessem

---

<sup>4</sup> Num memorando datado de 11 de dezembro de 1959, o chefe da Divisão do Hemisfério Ocidental da CIA, J.C. King disse textualmente: “Analisar minuciosamente a possibilidade de eliminar Fidel Castro. (...) Muitas pessoas bem informadas consideram que a desaparecimento de Fidel aceleraria muito a queda do governo” (Castro, 2007).

<sup>5</sup> Um documento desclassificado nos Estados Unidos, datado de 26 de janeiro de 1960, onde é transcrita a versão de uma reunião entre o presidente Eisenhower, o secretário de Estado, Herter, o embaixador estadunidense em Havana, Philip Bonsal e outros funcionários, destaca: “O presidente disse que Castro começa a parecer um louco. (...) Disse que (...) deveríamos aplicar uma quarentena a Cuba. Se eles (o povo cubano) têm fomo, retirarão Castro. (...) Perguntou como Cuba poderia viver se não pudesse vender seu açúcar” (Cf. Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2001, p.56-57).

<sup>6</sup> Esta administração, em particular, esforçou-se em fazer todo o possível para evitar que a mão do governo, especialmente a do presidente, aparecesse na guerra suja lançada contra Cuba, como parte do que se denominou como doutrina da “negação plausível”, noção incorporada ao Sistema de Segurança Nacional do governo dos Estados Unidos desde seu surgimento na década de 1940.

<sup>7</sup> A primeira viagem ao exterior de Fidel após o triunfo revolucionário foi à Venezuela.



respondido de maneira diferente à Revolução Cubana. A reação irada e hostil de Washington apenas conseguiu incentivar e acelerar a radicalização do processo revolucionário e a aproximação com a URSS – como desejou Allan Dulles para que servisse de pretexto para uma escalada do conflito. A classe dominante dos Estados Unidos realmente era incapaz de entender o que acontecia na Ilha e o papel de sua nova liderança. O que estava ocorrendo na maior das Antilhas afastava-se de todos os cálculos possíveis. Para eles era impossível pensar que após tantos anos de exitoso controle do hemisfério ocidental, poderia um país tão próximo se separar de seus desígnios e influências.

Diante da aceitação de Fidel a um convite da Sociedade Americana de Editores Jornalísticos para visitar Washington e falar em sua reunião anual em abril, a primeira coisa que Eisenhower fez numa reunião do Conselho Nacional de Segurança Nacional foi perguntar se não se poderia negar o visto ao líder cubano, para depois – já durante a estadia de Fidel nesse país – evadir da possibilidade de um encontro. Preferiu ir jogar golfe na Geórgia do que receber Fidel. Deixou esta missão “incômoda” em mãos do secretário de Estado Cristian Herter e do vice-presidente Richard Nixon. Este último buscou dar lições a Fidel sobre como governar Cuba e mais tarde escreveria em suas memórias que havia saído da reunião com o líder cubano convencido de que teria de derrotar o governo revolucionário da Ilha imediatamente (Nixon, 1990, p.351-352).

Quer dizer, depois de três meses do triunfo revolucionário, quando os vínculos com os soviéticos ainda não haviam sido estabelecidos, nem assinada a lei de reforma agrária e praticamente não havia sido tomada qualquer medida que afetasse substancialmente os interesses dos Estados Unidos, a administração Eisenhower se mostrava pouco cooperativa e muito mais avessa ao novo governo cubano, especialmente com Fidel Castro. Isso apesar de que o líder cubano buscar um modo de não provocar uma ruptura abrupta com Washington, embora advertisse aos vizinhos do norte em cada discurso que as coisas seriam diferentes, pois em Cuba existia, pela primeira vez, absoluta independência e soberania.

Por outro lado, as nacionalizações de propriedades estadunidenses nos anos 1959 e 1960 não foram uma provocação deliberada de Cuba para buscar a ruptura das relações com os Estados Unidos, mas sim uma necessidade da Revolução colocada desde 1953 por Fidel, em sua famosa declaração de defesa diante dos tribunais da tirania bastitiana, *A história me absolverá*, e prevista na Constituição de 1940 (Cf. Miranda, 1996). Também foram uma resposta às agressões constantes do governo de Washington e ao cerco que começou muito





antes de ser estabelecido o bloqueio econômico, comercial e financeiro contra Cuba por ordem executiva do presidente Kennedy em fevereiro de 1962. No entanto, as nacionalizações cubanas não foram discriminatórias e Cuba esteve disposta em todo momento a negociar a indenização pelas propriedades estadunidenses expropriadas. Foi feito assim com outros países como a França, Inglaterra, Irlanda do Norte, Canadá e Espanha. Só o governo dos Estados Unidos se negou a estabelecer uma fórmula de pagamento que não fosse “rápida, adequada e efetiva”.

Em janeiro de 1961 Washington rompeu relações diplomáticas com Cuba alegando que era uma resposta às medidas hostis da Ilha, quando na realidade o governo de Eisenhower há muito tempo buscava essa ruptura. Desde fins de outubro de 1960, os Estados Unidos haviam retirado Bonsal como embaixador em Havana.

“O governo que eu representava – recordaria anos depois Bonsal – havia feito tudo o que podia para incapacitar a economia e o comércio do país onde eu estava atribuído. Era um segredo aberto que o governo ao qual eu representava estava treinando e armando rapidamente cidadãos cubanos exilados a fim de contribuir para a derrota pela força do governo com o qual eu estava mantendo aparentes relações diplomáticas. Para piorar ainda mais a situação, membros da minha equipe, credenciados frente ao governo cubano com o direito à imunidade diplomática, foram descobertos pelas autoridades cubanas em atividades que tal imunidade não deveria cobrir” (apud Alzugaray, 2012, p.213).

As evidências documentais revelam que os representantes da embaixada dos Estados Unidos que permaneceram em Havana, o Departamento de Estado e o próprio presidente Eisenhower dedicaram vários meses ao estudo da possibilidade de romper relações diplomáticas com Cuba. Apenas esperavam o momento mais oportuno para isso, preferivelmente junto à OEA, a qual deveria “solicitar” aos Estados Unidos essa ruptura, mesmo que alguns países da região se opusessem. O presidente Eisenhower chegou a afirmar que “se sentiria muito feliz se antes de 20 de janeiro pudssemos dar um passo como o rompimento das relações com o governo de Castro feito com anuência de certo número de governos latino-americanos” (apud Alzugaray, 2012, p.213).

A decisão do governo cubano em limitar o pessoal da embaixada estadunidense em Havana a 11 membros – os Estados Unidos tinham mais de 300 –, o mesmo número de funcionários que Cuba tinha em Washington, foi o pretexto que caiu como uma luva para a administração Eisenhower romper as relações diplomáticas com Cuba em 3 de janeiro de 1961 e apresentar a Ilha como agressora.





Fidel explicou ao povo e ao mundo o porquê da decisão de reduzir o pessoal diplomático dos Estados Unidos na embaixada desse país em Havana:

“A Revolução tem tido muita paciência; a Revolução tem consentido que uma praga de agentes do serviço de inteligência, disfarçados de funcionários diplomáticos da embaixada americana, tenha ficado aqui conspirando e promovendo o terrorismo. Mas o governo Revolucionário decidiu que antes de 48 horas, antes de 48 horas, a embaixada dos Estados Unidos não tenha aqui nenhum funcionário a mais do que nós temos. (...) O fato de que tivéssemos estabelecido uma ordem na expressão, serviu neste caso para descobrir o desejo do povo. Nós não íamos dizer todos os funcionários, mais sim nenhum funcionário a mais do que o número que nós temos nos Estados Unidos, que são 11. E estes senhores têm aqui mais de 300 funcionários, dos quais 80% são espiões. Se todos eles querem ir embora, então, que se vão! Eles, através da representação diplomática, introduziram aqui um verdadeiro exército de agentes conspirativos e promotores do terrorismo. Portanto, o governo revolucionário adota esta posição que expresse aqui. Não rompemos com eles, mas se querem ir, boa viagem!” (apud Valdés).

### **Mito 3: “Cuba Colocou o Mundo à Beira do Holocausto Mundial em Outubro de 1962”**

São abundantes os enfoques que ao expor e interpretar a chamada Crise dos Mísseis indicam Cuba como a principal responsável de colocar o mundo à beira do holocausto mundial. Isso responde também ao modo errôneo com que a crise foi conduzida, especialmente pela direção soviética, sendo Cuba a mais desfavorecida tanto em sua imagem internacional como na solução a que chegaram Kennedy e o premier soviético Nikita Kruschov.

A maneira com que Kruschov agiu ao gerar a crise, sem contar com a direção cubana na negociação com Kennedy sobre a retirada dos foguetes nucleares da Ilha e, pior ainda, de modo furtivo negociar a saída em troca da retirada dos mísseis nucleares estadunidenses localizados na Turquia e Itália, deixam muito a desejar sobre as verdadeiras ou fundamentais motivações que Kruschov teve no momento de propor aos cubanos a instalação dos mísseis em Cuba. O que tinham a ver os mísseis da Turquia e Itália com a defesa de Cuba? Por que não se exigiu a devolução à Maior Ilha das Antilhas do território usurpado da Base Naval de Guantánamo, o fim do bloqueio econômico ou outros aspectos que se ajustassem aos interesses da Ilha?

Nas concepções defensivas elaboradas já naquele momento por parte da alta cúpula cubana, os mísseis nucleares não estavam incluídos. Na consciência dos líderes cubanos, sua presença no território insular poderia afetar o prestígio da Revolução. Apesar disso, foi aceita a instalação dos foguetes, a partir do fato de que se cumpria com um princípio essencial de apoio internacionalista com o Campo Socialista e com a URSS em particular, cuja amizade



não levantava dúvidas, porque já a havia demonstrado muitas vezes. Devido ao fato de que a URSS sempre esteve disposta a ajudar Cuba nos momentos mais críticos, não se podia impor interesses nacionais estreitos quando os que estavam em jogo eram os interesses do campo socialista como um todo e, obviamente, vistos num sentido mais estratégico, a capacidade para defesa de Cuba.

No terreno moral, político e diplomático muito foi perdido quando os soviéticos decidiram que a instalação dos mísseis nucleares em Cuba se fizesse de modo secreto, e só o tornar público quando fosse um fato consumado, ao que os Estados Unidos claramente teriam de se resignar. O líder da Revolução Cubana defendeu em todo momento que a operação fosse feita publicamente sob o respaldo do direito internacional, pois não havia nada ilegal nisso. Mesmo que mantivesse o critério de que os soviéticos eram quem deveria tomar a decisão final, por consideração à sua grande experiência internacional e militar (Diez Acosta, 2008, p.100).

Foi apenas a posição valente e intransigente da direção cubana em se negar a qualquer tipo de inspeção do território cubano, ao impor os Cinco Pontos e impedir a todo momento que fosse pressionada, o que salvou o prestígio moral e político da Revolução naquela conjuntura e que a Ilha não foi vista como um simples peão dos soviéticos.

A famosa e tantas vezes manipulada carta de Fidel a Kruschov escrita entre a noite de 26 e a madrugada de 27 de outubro (traduzida e enviada ao líder soviético a partir da embaixada da URSS em Havana), tem sido um dos documentos mais utilizados para colocar o líder da Revolução como um “irresponsável” e até como “louco” que colocou em risco a existência humana na face da terra.

É preciso dizer que se para os Estados Unidos a crise havia começado em outubro de 1962, Cuba vivia uma crise que ameaçava sua sobrevivência como nação independente e soberana desde janeiro de 1959, enfrentando as mais dissimuladas formas de agressão do governo dos Estados Unidos, incluindo a invasão mercenária de Playa Girón em abril de 1961. A “Operação Magosta”, a mais ampla operação de guerra encoberta, elaborada e implementada pelos Estados Unidos contra outro país, aprovada pelo presidente Kennedy em novembro de 1961, deveria ser concluída com a invasão direta das forças estadunidenses na Ilha, precisamente em outubro de 1962.

A carta enviada por Fidel a Kruschov não propunha dar o primeiro golpe nuclear preventivo, senão que, em caso de se gerar a invasão a Cuba – a variante menos provável –, a



URSS não vacilaria em responder com armas nucleares, evitando cometer os mesmos erros da Segunda Guerra Mundial<sup>8</sup>, pois a invasão significava que os Estados Unidos já teria se decidido a iniciar a guerra termonuclear lançando o primeiro golpe nuclear contra o país soviético. É preciso destacar que se Fidel houvesse dominado o estado real da correlação de forças nucleares, com uma esmagadora vantagem para o lado norte-americano, esta missiva jamais teria se produzido, pois significava incitar o líder soviético a levar seu povo ao suicídio.

Trechos das cartas trocadas por ambos os líderes nesses dias de tensão, citadas muitas vezes descontextualizadas, ilustram de modo confiável a verdade histórica.

#### Mensagem de Fidel a Kruschov, 26 de outubro:

Existem duas variantes possíveis: a primeira e mais provável é o ataque aéreo contra determinados objetivos com o fim limitado de destruí-los; a segunda, menos provável, ainda que possível, é a invasão. Entendo que a realização desta variante exigiria grande quantidade de forças e é, portanto, a forma mais repulsiva de agressão, o que pode inibi-los.

(...) Se tem lugar a segunda variante e os imperialistas invadem Cuba com o fim de ocupá-la, o perigo que tal política agressiva implica para a humanidade é tão grande que depois desse fato a União Soviética não deve permitir jamais as circunstâncias nas quais os imperialistas poderiam descarregar contra ela o primeiro golpe nuclear.

Digo-lhe isto porque acredito que a agressividade dos imperialistas se faz sumamente perigosa e se eles chegam a realizar um coisa tão brutal e violadora da Lei e da moral universal, como invadir Cuba, esse seria o momento de eliminar para sempre semelhante perigo, no ato da mais legítima defesa, por dura e terrível que fosse a solução, porque não haveria outra (Ramonet, 2006, p.315-316).

#### Kruscov a Fidel em 30 de outubro:

Em seu telegrama de 27 de outubro o senhor nos propôs que fossemos os primeiros em efetivar um ataque nuclear contra o território do inimigo. O senhor, desde então, compreende a que isso levaria. Isto não seria um simples ataque, mas sim o início da guerra termonuclear.

Querido companheiro Fidel Castro, considero sua proposição como incorreta, mesmo que compreenda sua motivação (Ramonet, 2006 p.319).

#### Fidel a Kruschov em 31 de outubro:

Eu não ignorava quando as escrevi que as palavras contidas em minha carta poderiam ser mal interpretadas por você e foi assim que ocorreu, talvez porque não as leu detidamente, talvez

---

<sup>8</sup> Em 22 de junho de 1941 ocorreu o ataque surpresa nazifascista à URSS. O governo soviético possuía informações de inteligência de que tal ataque seria executado e as considerou de caráter provocativo. Devido a isso, não tomou as medidas recomendadas para este caso, com o que permitiu que o inimigo lhe acertasse um potente golpe e o controle da iniciativa estratégica durante os primeiros meses do conflito bélico. Informação tomada de Diez Acosta (2008, p.179).



pela tradução, talvez porque exige muito em poucas linhas. No entanto, não vacilei em fazê-lo. Companheiro Kruschov, você acredita que pensávamos egoicamente em nós, em nosso povo generoso disposto a se imolar, e não certamente de modo inconsciente, mas sim plenamente seguros do risco que corria? (...) Nós sabíamos, não presume que o ignorávamos, que haveríamos de ser exterminados, como insinua em sua carta, caso de estalar a guerra termonuclear. No entanto, nem por isso lhe pedimos que retirasse os projéteis, nem por isso lhe pedimos que cedesse. Acredita por acaso que desejávamos essa guerra? Mas como evitá-la se a invasão chega a acontecer? Tratava-se precisamente de que este fato era possível, de que o imperialismo bloqueava toda solução e suas exigências eram, desde nosso ponto de vista, impossíveis de serem aceitas pela URSS e por Cuba. (...) Eu entendo que uma vez desatada a agressão não se deve conceder aos agressores o privilégio de decidir, então, quando há de usar a arma nuclear. O poder destrutivo desta arma é tão grande e tal a velocidade dos meios de transporte, que o agressor pode contar a seu favor com uma considerável vantagem inicial. (...) Eu não sugeri a você, companheiro Kruschov, que a URSS fosse a agressora, porque isso seria muito mais do que incorreto, seria imoral e indigno de minha parte; mas sim de que a partir do instante em que o imperialismo atacasse Cuba e em Cuba as forças armadas da URSS destinadas a ajudar em nossa defesa em caso de ataque exterior, por tal fato os imperialistas se convertessem em agressores contra Cuba e contra a URSS, lhe fosse respondido com um golpe aniquilador. (...) Não sugeri a você, companheiro Kruschov, que em meio a crise a URSS atacasse, o que parece se retirar do que me diz em sua carta, mas sim que depois do ataque imperialista, a URSS atuaria sem vacilações e não cometeria jamais o erro de permitir circunstâncias em que os inimigos disparassem sobre ela o primeiro ataque nuclear. Nesse sentido, companheiro Kruschov, mantenho meu ponto de vista porque entendo que era uma apreciação real e justa de uma determinada situação. Você pode me convencer de que estou equivocado, mas não pode me dizer que estou equivocado sem me convencer (Ramonet, 2006, p.320-321).

Esta carta também tem sido utilizada para sustentar a versão de que diante das “propostas irracionais” do líder cubano, os soviéticos não tiveram outra saída a não ser negociar com os Estados Unidos de costas à liderança da Ilha. Tal assertiva não tem fundamento, a não ser que a decisão soviética de propor aos estadunidenses sem levar em consideração as opiniões de Cuba tenha sido tomada em Moscou já no dia 25 de outubro, quando a carta de Fidel ainda não havia sido concebida.

Um testemunho de extraordinária validade para demonstrar a inveracidade dos critérios que ressaltam que Fidel incitou Krushov a fazer o primeiro ataque nuclear preventivo contra o território estadunidense é o de Alexander I. Alexéiev, que em outubro de 1962 atuava como embaixador de Moscou em Havana e para quem o Chefe da Revolução ditou a controversa mensagem:

Na noite de 26 para 27 de outubro Fidel Castro visitou nossa embaixada e ditou o texto de uma carta para que se fizesse chegar a N. S. Kruschov. Na mesma era abordado quão tensa a situação havia se tornado e a possibilidade de um ataque estadunidense (invasão ou bombardeio) a Cuba nas próximas 24-72 horas. Fidel alertava a Kruschov sobre a perversidade dos americanos e os convocava a tomar todas as contramedidas imprescindíveis, mesmo que em honra da verdade, sem chegar a concretizá-las. Portanto, estando Fidel na embaixada, enviei uma breve criptografia em que informava sobre a possibilidade do ataque a Cuba. Um tempo antes nossos militares haviam redigido um telegrama a Moscou nos mesmos preocupantes termos. A carta de Fidel saiu para Moscou mais tarde, uma vez que foi traduzida ao russo e até



a manhã de 28 que chegou em mãos da liderança soviética, quando já havia sido adotada a decisão sobre a retirada dos projéteis. Sabe-se também que o que chegou por via telefônica do Ministro de Assuntos Exteriores da URSS a secretaria de Kruschov não foi o texto íntegro da mensagem, mas sim um resumo, motivo pelo qual foram produzidas imprecisões.

Esta mensagem gerou sérias incompreensões, uma vez que N.S. Kruschov em uma de suas cartas recomendou a Fidel por tê-lo supostamente sugerido que efetivasse um ataque nuclear preventivo contra o inimigo. A carta de Fidel foi dada a conhecer pela imprensa cubana e dela não se infere semelhante conclusão.

Fidel admite que o mal-entendido deve-se a inexactidão da tradução ou que eu não a interpretei corretamente. Gostaria de fazer constar com absoluta responsabilidade que a culpa não é nossa. A tradução da carta que ditou foi feita por outros funcionários da embaixada que conheciam bem o espanhol e o texto publicado por *Granma* é idêntico ao de nossa tradução. Pelo que se pode concluir que as censuras de Kruschov carecem de fundamentação. Na mensagem não se fazer semelhantes afirmações. Tudo pode ter ocorrido devido ao extraordinário estresse a que estava submetida a liderança soviética e ao involuntário desejo de justificar a perigosa decisão de retirar os projéteis sem o consentimento da liderança cubana.

Reitero que Fidel, então, não instou a que disparássemos um ataque nuclear preventivo, mas sim que se limitou a alertar que os estadunidenses, conhecedores de nosso apego ao princípio de não sermos os primeiros em usar as armas nucleares, poderiam empreender qualquer aventura, incluindo um ataque nuclear. Por tanto, o bombardeio dos objéteis nucleares soviéticos teria sido por si equivalente a um ataque nuclear. Em minha avaliação, Fidel não estava pensando num ataque nuclear preventivo, mas sim na necessidade em advertir aos americanos que nosso respeito ao princípio de não sermos os primeiros em utilizar as armas nucleares, não deveria ser tomado como uma garantia que os preservaria da represália. A censura de Kruschov a Fidel é assim improcedente, porque a operação que havíamos empreendido ao trasladar os projéteis a Cuba busca o objetivo de intimidar os americanos, dissuadi-los de empreender ações miliares, não de utilizar foguetes (apud Bárcena Luis, s/a, p.7-8).

#### **Mito 4: “Fidel Castro tem sido um Grande Obstáculo para uma Normalização das Relações entre Cuba e os Estados Unidos”**

Com relação a este critério que num ato de injustiça histórica coloca sobre os ombros de Fidel a responsabilidade do não entendimento entre ambos os países, os fatos e documentos históricos demonstram outra coisa. A verdade é que se houve nestes últimos mais de cinquenta anos alguém interessado em avançar em direção a um *modus vivendi* com os Estados Unidos, este foi Fidel Castro.

Quando a documentação cubana e estadunidense do período é revisada, é surpreendente a quantidade de tempo que o Comandante em Chefe dedicou durante anos a receber e conversar com congressistas e personalidades da política norte-americana. Se Fidel não acreditasse que este tipo de encontros não fosse importante para buscar um melhor entendimento entre ambos os países, não teria investido neles nem um minuto de seu preciso e limitado tempo.



Empregando a diplomacia secreta, Fidel foi o gestor de numerosas iniciativas de aproximação entre ambos os países. Através do advogado James Donovan, quem negociou com Fidel a libertação dos mercenários presos após a invasão de 1961, da jornalista Lisa Howard e de outras vias, o líder da Revolução fez chegar ao governo Kennedy uma e outra vez sua disposição de conversar em busca de um entendimento. Em agosto de 1961, Ernesto Che Guevara enviou um ramo de oliveira ao governo estadunidense num encontro realizado em Montevideu com o assessor especial de Kennedy para assuntos latino-americanos, Richard Goodwin. É impossível pensar que o Che agira por conta própria e não em comum acordo com o líder cubano. Fidel também enviou uma mensagem verbal ao já presidente Lyndon Johnson através da jornalista Lisa Howard em 1964, que dizia entre outras coisas:

Diga ao presidente (e não enfatizar isto com muita força) que espero seriamente que Cuba e os Estados Unidos possam se sentar em algum momento numa atmosfera de boa vontade e de respeito mútuo para negociar nossas diferenças. Creio que não existem áreas polêmicas entre nós que não possam ser discutir e se solucionar num ambiente de mútua compreensão. Mas, primeiro, claro que é necessário analisar nossas diferenças. Agora, considero que esta hostilidade entre Cuba e os Estados Unidos é tanto antinatural como desnecessária e que pode ser eliminada (Castro, 1964).

Até um ferrenho adversário da Revolução Cubana como Richard Nixon estendeu a mão a Fidel de maneira confidencial. Os documentos desclassificados nos Estados Unidos mostram que em 11 de março de 1969 o embaixador suíço em Havana, Alfred Fischli, depois de ter uma entrevista com Fidel, num encontro realizado com o secretário de Estado dos Estados Unidos, William P. Rogers, levou a este uma mensagem não escrita do primeiro ministro cubano em que expressava sua vontade em negociar (Diez Acosta, 2014, p.50).

Durante a administração Carter muitas foram as ações de Fidel que mostram sua disposição em melhorar as relações com os Estados Unidos. No ano de 1978, como um gesto unilateral, sem negociar com os Estados Unidos, Cuba liberou milhares de presos contrarrevolucionários, o que evidenciava um desejo da liderança cubana de reanimar o processo de normalização das relações entre ambos os países, congelado a partir da entrada de tropas cubanas na Etiópia.

“Nesse momento - recorda Robert Pastor - cheguei a conclusão de que Castro viu esta iniciativa como uma maneira de tratar de colocar as discussões sobre a normalização em marcha novamente. Não tinha a menor intenção de negociar o papel de Cuba na África em troca da normalização, mas talvez pesou que gestos positivos em direitos humanos, prioridade de Carter, seriam suficientes. Não eram.” (PASTOR, 2012, p. 246).





No ano de 1977 Carter havia apontado que a chave para avançar rumo a uma normalização das relações com Cuba eram os direitos humanos, mas em 1978 evidentemente este tema havia ficado em segundo plano frente a presença militar cubana na África e as implicações da mesma no marco do enfrentamento Leste-Oeste. Outros exemplos poderiam ser mencionados. Mas estes são mais do que suficientes para demonstrar que a postura de Fidel foi sempre a de estar na melhor disposição para o diálogo e a negociação com o vizinho do Norte. Contudo, sempre insistiu, com razão de sobra e tendo como respaldo o direito internacional e um profundo conhecimento da História de Cuba, que este diálogo ou negociação seja em condições de igualdade e de respeito mútuo, e não almeje que Cuba ceda nem um milímetro de sua soberania ou abra mão de algum de seus princípios. Esta é hoje a mesma postura – ainda que com estilo próprio – que Raul Castro manteve, como reafirmou em inúmeros discursos e intervenções públicas.

Por outro lado, como assinalam Peter Konbluh e William Leogrande, “existe evidência substancial de que Castro realmente queria relações normais com Washington” e não foram poucos os momentos em que administrações estadunidenses prometeram melhores relações em troca de gestos conciliadores de Cuba, para logo descumprir sua palavra.

“Em 1984 Washington insinuou que as concessões de Cuba em matéria de migração conduziriam a melhores relações e a um diálogo mais amplo, e logo renegou sua promessa uma vez que se firmou o acordo migratório. Em 1988, o Departamento de Estado prometeu explicitamente que a cooperação cubana nas negociações do Sul da África daria lugar a um diálogo mais amplo sobre questões bilaterais, e de novo Washington renegou sua palavra. Em 1994 Clinton prometeu a Castro que a cooperação de Cuba para colocar fim aos balseiros daria lugar a um diálogo mais amplo sobre o embargo. Cuba acabou com o problema, mas Clinton nunca cumpriu sua promessa” (Leogrande & Kornbluh, 2015, p.449).

Seis semanas depois dos anuncios de 17 de dezembro de 2014, Fidel, com a experiência de haver lidado com dez administrações estadounidenses, ratificou sua posição quanto a uma normalização das relações com os Estados Unidos. “Não confio na política dos Estados Unidos”, disse, tendo suficientes elementos de avaliação para fazer essa afirmação. Mas também expressou que, como princípio geral, respaldava “qualquer solução pacífica e negociada aos problemas entre Estados Unidos e os povos ou qualquer povo da América Latina, que não implique a força ou o emprego da força” (CASTRO, 2015, s/p).





**Mito 5: “A Normalização das Relações entre Ambos Países não foi Alcançada durante as Administrações de Gerald Ford e James Carter pois Fidel se Interessou mais no Papel de Cuba na África do que na Normalização das Relações”.**

Este enfoque disvirtua os fatos e, sobretudo, desconhece a estratégia cubana para a política exterior daqueles anos e os motivos de sua liderança histórica. Fidel jamais vinculou ambos temas. Ele conduzia o processo de normalização das relações com os Estados Unidos e o internacionalismo de Cuba na África como questões independentes. Ambas de extraordinária importância estratégica para Cuba no plano internacional. Foram os Estados Unidos os que estabeleceram essa conexão funesta. Wayne Smith, quem fora chefe da seção de interesses dos Estados Unidos em Havana durante os dois últimos anos do mandato de Carter, expressou-o de forma magistral:

Mas o fato de que Castro não houvesse dado as costas ao MPLA [Movimento Popular de Libertação de Angola, N.T.] não representa uma falta de interesse em melhorar suas relações com os Estados Unidos. De haver sido assim, o estímulo brindado pelos norte-americanos às incursões das tropas do Zaire e África do Sul também haveriam sido um indício de cinismo dos propósitos da aproximação dos Estados Unidos com Castro. Talvez ele assim o pensara, mas optou, na prática, por manter os dois assuntos separados e continuar com a aproximação, apesar do respaldo concedido pelos Estados Unidos às forças que se opunham aos amigos de Castro em Angola.

Sobre isso o destacado intelectual argentino Juan Gabriel Tokatlian também destacou há muitos anos:

Lamentavelmente Estados Unidos foi o responsável por introduzir um elemento perturbador nas relações entre ambos países: condicionou as aproximações bilaterais a temas e políticas multilaterais, isto é, multilateralizou o bilateral ou bilateralizou o multilateral. A participação cubana na Angola durante 1975 foi interpretada como um fato que impedia um entendimento construtivo entre Cuba e Estados Unidos. Se localizou este acontecimento como um fator que inibia toda aproximação positiva das partes. Isto, reiteramos, foi um erro lamentável porque colocou o conteúdo e sentido do debate bilateral em outra dimensão. E a crítica deve cair sobre os Estados Unidos, pois não foi Cuba quem esgrimitou o argumento de melhorar ou não as relações de acordo a se Estados apoiava diretamente os regimes autoritários de Haiti ou Filipinas ou armava encobertamente a África do Sul ou intervinha nos conflitos do Oriente Médio (Tokatlian, 1984, p.16-17).

Robert Pastor, que serviu como assistente para a América Latina do Conselho de Segurança Nacional na época de Carter, compreendeu a falha da estratégia estadunidense na hora de negociar com Cuba e vincular a normalização das relações à retirada das tropas cubanas na África e advertiu com grande visão da perspectiva cubana que isso faria fracassar



o processo de normalização. Em 1º de agosto de 1977, Pastor escreveu ao assessor para Assuntos de Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski:

Consideramos o aumento das atividades de Cuba na África como um sinal de interesse crescente por parte de Cuba com respeito a melhora das relações com os Estados Unidos, e Kissinger uniu as duas questões - a retirada de Cuba de Angola a fim de conseguir melhores relações com os Estados Unidos - só para fracassar em ambas. Existe uma relação entre as duas questões, mas se trata de uma relação inversa. Enquanto Cuba tenta normalizar relações com as principais potências capitalistas do mundo, Castro também experimenta uma necessidade psicológica igualmente forte de reafirmar suas credenciais revolucionárias internacionais. Não afetaremos o desejo de Castro de influenciar nos acontecimentos na África tratando de adormecer ou deter o processo de normalização; este é o instrumento equivocado e não terá outro efeito que não seja deter o processo de normalização e descartar a possibilidade de acumulação de influência suficiente sobre Cuba por parte dos Estados Unidos, que a longo prazo pudera incidir na tomada de decisões de Castro (PASTOR, 1981, s/p).

Ao lembrar deste importante memorando, Robert Pastor expressaria muitos anos depois:

“Meu memorando não persuadiu o gabinete, nem o Presidente. Em nossas conversas em Cuernavaca e Havana, eu segui a política do governo dos Estados Unidos mais do que a que eu havia proposto. Como nós aprendemos, minha análise era correta” (PASTOR, 2009, s/p).

Sustentar que a política de Cuba na África era mais importante que a normalização das relações com os Estados Unidos e que isso impediu a normalização, parte de um enfoque errado do assunto, ao se colocar na perspectiva da potência estadunidense confrontada a um país pequeno do terceiro mundo como Cuba, ao qual supostamente devia interessar mais que aos Estados Unidos normalizar as relações, ainda que fora ao preço de renunciar as suas credenciais revolucionárias no plano internacional, o que implicava um prejuízo a sua soberania.

Uma lógica mais equilibrada da análise nos leva a conclusão de que foi o governo dos Estados Unidos quem lhe imprimiu mais seus interesses geopolíticos confrontados a URSS – especialmente na África – que a normalização das relações com a ilha caribenha. Foram os Estados Unidos quem estabeleceram um nexo entre ambos os temas e a ordem de prioridade entre ambos os assuntos. Cuba manejou seu papel na África e o processo de normalização das relações de maneira independente e seu desejo era avançar em ambos os terrenos. Não se podia exigir que escolhera entre um ou outro assunto. Esse enfoque era simplesmente um “instrumento equivocado”, como Pastor havia advertido a Brzezinski.



“Talvez seja idealista de minha parte - expressou Fidel a Peter Tarnoff e Robert Pastor, em conversas ocorridas em dezembro de 1978 em Havana -, mas nunca aceitei as prerrogativas universais dos Estados Unidos. Nunca aceitei e nunca aceitearei a existência de leis diferentes e regras diferentes” (CASTRO, TARNOFF & PASTOR 1981, s/p).

### **Mito 6: “Cuba se Comportou como um Satélite dos Soviéticos na África e com isso Implodiu a Normalização das Relações”**

Sobre este critério, haveria que dizer primeiro que Cuba jamais subordinou seus objetivos de política externa ditados pela União Soviética. Ao contrário, em muitas ocasiões a atuação audaz e autônoma da Ilha no cenário internacional provocou a ira de Moscou. Durante os anos 60 não foram poucos os conflitos com os soviéticos devido ao apoio que Cuba brindou aos movimentos de libertação na América Latina. Um documento elaborado em 1968 por analistas do Departamento de Estado, a CIA e o Conselho de Segurança Nacional, presidido pelo subsecretário de Estado adjunto para Assuntos Interamericanos, Viron P. Vaky, concluía que Fidel não tinha intenção de “subordinar-se à disciplina e a direção soviéticas”, e que estava “cada vez mais em desacordo com seus conceitos, estratégias e teorias” (National Policy Paper, 1968, sem página *apud* Kornbluh & Leogrande, 2015, p. 146).

Sobre a presença militar cubana na África nos anos 70, em seus profundos trabalhos sobre o tema, o cuidadoso investigador ítalo-estadunidense Piero Gleijeses demonstrou - tendo como respaldo uma volumosa documentação dos arquivos mais variados do mundo -, que os cubanos enviaram suas tropas a Angola por iniciativa própria e só comunicaram depois à União Soviética. No caso da Etiópia, apesar de que houve uma cooperação estreita entre os dois governos ao longo do período que precedeu a tomada de decisão, os interesses do governo cubano para o envio de suas tropas não vieram de Moscou, senão da firme convicção dos líderes cubanos de que as medidas sociais e econômicas tomadas pela Revolução etíope eram as mais progressistas que se haviam visto nos países subdesenvolvidos, depois do triunfo da Revolução Cubana, e porque consideravam que a invasão somaliana era injustificada e criminosa e que havia sido alentada pelos Estados Unidos (Gleijeses, 2007, p.24).

Até o próprio Henry Kissinger, quem se aferrou naqueles anos à ideia de uma Cuba peão dos soviéticos na África, reconheceu depois em suas memórias que estava equivocado: “Não podíamos imaginar que [Castro] atuaria de forma tão provocadora, tão longe de seu país, a não ser que Moscou o pressionara para prestar apoio militar e econômico. As provas hoje disponíveis indicam que foi o oposto” (Kissinger *apud* Gleisejes, p.9).



Wayne Smith também pulverizou o mito de que Cuba constituía uma marionete da URSS na África:

“Sempre esteve claro para mim, e ainda o é, que Cuba não foi um satélite dos soviéticos na África. Tinha seus próprios interesses e objetivos. Penso, certamente, que teve algumas vezes o apoio dos soviéticos. Brzezinski e o Conselho de Segurança Nacional pareceram crer que Cuba estava simplesmente seguindo ordens soviéticas. Eles estavam equivocados” (SMITH, 2009, s/p).

Um estudo preparado para Carter pelo Comitê de Exame de Políticas sobre a presença soviético-cubana na África, baseando-se nas observações feitas por um informe realizado de forma coordenada pela CIA (Agência Central de Inteligência), DIA (Agência de Inteligência da Defesa), NSA (Agência de Segurança Nacional) e INR (Escritório de Inteligência e Investigação do Departamento de Estado), respalda os critérios anteriores:

“Cuba não estava envolvida unicamente na África, ou nem sequer principalmente, devido às suas relações com a URSS. Está profundamente comprometida em conseguir seus próprios objetivos ideológicos e pragmáticos no continente: a promoção da Revolução e o apoio a regimes ‘progressistas’, a expansão de sua própria influência política no Terceiro Mundo às custas do ocidente (entenda-se Estados Unidos), e o estabelecimento para si mesma de uma papel dirigente importante entre as nações em desenvolvimento” (Respuesta del memorándum de examen presidencial-36, presencia soviética-cubana en Africa, 18 de agosto de 1978).

Após ler essa avaliação, poderia surgir o questionamento sobre as razões da propaganda impulsionada pelo governo dos Estados Unidos se empenhar em apresentar a Cuba como satélite de Moscou na África. Não há dúvidas de que a administração Carter, ao ver que seus interesses hegemônicos na África corriam perigo, decidiu fazer seu o mito propagandístico de uma Cuba subordinada aos interesses soviéticos no continente africano, seguindo uma das recomendações da Agência Internacional de Comunicações dos Estados Unidos, que defendia a necessidade de “contribuir com o descrédito de Cuba como potência não alinhada, ressaltando sua relação de dependência com a União Soviética”. Outra não pode ser a conclusão ao perceber o pouco caso que Brzezinski fez nas análises e recomendações que o fizera seu assistente para a América Latina, Robert Pastor. Em memorando fechado de 19 de julho de 1979, Pastor expressou a Brzezinski:

Eu vejo as relações cubano-soviéticas como algo análogo, em certa medida, às relações de Israel com os Estados Unidos. Quase todo o mundo crê que temos uma influência todopoderosa sobre Israel (...), mas na realidade eles nos puxam mais do que nós empurramos a eles. De maneira similar, suponho que os cubanos empurram e puxam aos soviéticos para áreas



de maior risco que as que normalmente as velhas lideranças soviéticas se atreveriam a pisar. Os cubanos não são marionetes de ninguém (*apud* Gleijeses, 2015, p. 219).

Pouco tempo depois, em 21 de setembro, Pastor voltaria a insistir com seu chefe nesse critério:

“Permita-me sugerir que tentemos usar um termo que não seja ‘marionete soviético’ para referirmos aos cubanos. A palavra ‘marionete’ indica que os cubanos empreendem atividades revolucionárias porque os soviéticos lhes disseram que o façam. Esse, certamente, não é o caso” (*apud* GLEIJESES, 2015, p. 610-611).

A apresentação de Cuba como satélite dos soviéticos não foi mais que um desvio intencionado dos motivos de fundo do conflito - expressos na contradição hegemonia versus soberania -, que caiu muito bem para Washington a fim de estabelecer sua política de hostilidade para com a Ilha. A história demonstrou, pouco mais tarde, que quando desapareceram os argumentos utilizados para apresentar a Cuba como uma ameaça à "segurança nacional" dos Estados Unidos, assim que produziu a derrubada do Campo Socialista, o conflito se manteve vivo e o governo estadunidense não fez nem o menor esforço para chegar a algum entendimento com La Habana. Pelo contrário, se agudizou a agressividade para com a Ilha, revelando novamente a verdadeira essência de corte bilateral do conflito e concentrado então o foco de sua política na realidade interna da Ilha.

### **Mito 7: “A Extrema Direita Cubano-Americana Sequestrou a Política em Relação a Cuba”**

Se bem é certo que a extrema direita cubano-americana teve importantes níveis de influência no desenho e na implementação da política para Cuba e que inclusive na atualidade constitui uma força política nada desprezível - sobretudo no legislativo estadunidense -, é falso que em algum momento tenham alcançado o controle da mesma. A política dos Estados Unidos para Cuba sempre foi uma Política de Estado. O chamado *lobby* cubano-americano foi uma peça funcional aos interesses de Washington contra Cuba desde sua origem. Foi um instrumento da política, mais do que a política mesmo. Foi durante a administração de Ronald Reagan, coincidindo com o surgimento do movimento neoconservador nos Estados Unidos, que esse *lobby* alcançou maior protagonismo e nível de organicidade, com um amplo nível de acesso às estruturas de poder estadunidense e aos meios de comunicação. Esse *lobby*, que



tomou como exemplo para sua estruturação o influente e poderoso *lobby* judeu, se nucleou fundamentalmente em torno da Fundação Cubano Americana (FNCA).

Foi tal seu ativismo contra a Maior das Antilhas, que foi criada uma falsa imagem de que neles repousava a política para Cuba e que os políticos estadunidenses que se apartassem de sua linha seriam castigados, perdendo os votos de um estado tão definidor como a Flórida - um dos chamados estados pendulares ou “*Swing State Vote*”, em inglês - em eleições presidenciais fechadas. Mas o certo é que o voto cubano-americano jamais foi determinante para ganhar uma eleição do estado da Flórida. Assim o confirma o destacado investigador cubano Jesús Arboleya:

“Na realidade, a importância do voto cubano-americano foi bastante exagerada, já que apenas tem relevância no enclave miamense e nem sequer nesta região determinou o triunfo do candidato presidencial republicano em múltiplas eleições” (ARBOLEYA, 2013, p. 167).

São 5% do eleitorado da Florida e 1% do país. Tampouco nos condados floridenses onde se concentra a maioria dos votantes cubano-americanos, como Miami, Broward e Monroe, seu voto foi decisivo nas eleições presidenciais, onde sempre ganharam os candidatos democratas, sem importar o nível de preferência que tiveram entre os votantes cubano-americanos. Por tanto, a influência da extrema direita cubano-americana no sistema político norte americano nada tem a ver com o peso específico do seu eleitorado, senão pela capacidade de se imbricar no mesmo e em seus mecanismos de influência, através das próprias oportunidades que lhes foram oferecidas pelos grupos políticos dominantes da sociedade norte americana.

O caso do menino Elián González durante a administração Clinton, pôs em evidência que quando esta extrema direita cubano-americana se converte em um obstáculo para os interesses do Estado norte-americano, eles são afastados do caminho e pouco importam suas reações coléricas.

Assim mesmo, o anúncio do presidente Obama em 17 de dezembro de 2014, sobre o restabelecimento das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba, deixou deslocada uma vez mais esta extrema direita cubano-americana, demonstrando que jamais foram o rabo que mexe o cachorro. Por outro lado, sua base social se encontra cada vez mais erodida ante as posturas muito mais flexíveis em relação à Cuba das novas gerações e dos novos emigrados cubanos.



### Mito 8: “Cuba tem sido um Problema para a ‘Segurança Nacional’ dos Estados Unidos”

Para responder a esta assertiva, teríamos que começar fazer a seguinte pergunta: A que se faz alusão quando no discurso político norte-americano se utiliza o termo segurança ou interesse nacional? São realmente nacionais? A quem representam? O interessante neste caso, é que os Estados Unidos, mais precisamente a classe dominante dos Estados Unidos, em rigor, não defendeu, histórica e principalmente, aquilo que se entende por legítimos interesses nacionais ou de segurança nacional, senão sua hegemonia, tanto no plano doméstico como internacional.

Um pequeno livro publicado em Cuba pelo *Editorial Ciencias Sociales* em 2010, *Estados Unidos, hegemonía, seguridad nacional y cultura política*, do destacado especialista nesta temática, Jorge Hernández, oferece uma série de elementos que ampliam consideravelmente o expressado anteriormente. É oportuno citar algumas de suas reflexões:

- A hegemonia não é, como quiseram crer, ver ou até demonstrar alguns estudiosos, uma função da segurança nacional. É o contrário (HERNÁNDEZ, 2010, p. 7).
- Como função da hegemonia, a segurança nacional dos Estados Unidos opera ideologicamente em um plano duplo: em um, de legitimidade interna, e em outro, de reforço doutrinal da política exterior. Do ponto de vista externo, o conceito de realidade possui uma conotação transnacional, no sentido de que inserem-se nela os cenários do chamado Terceiro Mundo, nos quais o que os Estados Unidos defendem, em rigor, não é sua segurança nacional, senão sua hegemonia (HERNÁNDEZ, 2010, p. 45).
- O paradoxo é que o que se apresenta habitualmente como segurança nacional não o é isso, senão que se trata mais precisamente da segurança da classe dominante – ou setores dela –, manipulada como interesse comum de toda nação (HERNÁNDEZ, 2010, p. 46-47).

Por sua parte, o também destacado acadêmico cubano Luis Suárez Salazar utiliza o termo *estratégias de segurança imperial*, para distinguir estas dos interesses legítimos de segurança nacional da população estadunidense e suas autoridades, pois não são a mesma coisa. As estratégias de segurança imperial serviram até nossos dias como eixos articuladores das políticas interna e externa dos Estados Unidos e para justificar o constante fortalecimento de sua máquina burocrática-militar, do mesmo modo que seu confinamento, descolamento e utilização em diversos lugares do mundo, incluída a América Latina e o Caribe. De mesmo





modo, para tratar de garantir os expansionistas interesses geoestratégicos, geopolíticos e geoeconômicos dos grupos econômicos, sociais, ideológicos, políticos, étnicos e culturais dominantes nessa potência multidimensional. Igualmente para tratar de justificar ante a opinião pública doméstica e internacional suas ações que violam os princípios de autodeterminação dos povos e de não intervenção nos assuntos internos e externos de outros Estados consagrados na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) e incluídas na da Organização dos Estados Americanos (OEA) (SALAZAR, 2014, p. 3-4).

Desta maneira, os Estados Unidos lançaram todas as capacidades de sua diplomacia externa com o objetivo inclusive de buscar persuadir os países da América Latina e do Caribe da necessidade de compartilhar a responsabilidade da defesa de sua “segurança nacional”, fazendo-a parecer comum para toda a região. Estados Unidos historicamente também tentaram e, em muitas ocasiões tiveram êxito, em converter os chamados inimigos de sua “segurança nacional” em supostos inimigos da “segurança hemisférica”.

Se os Estados Unidos realmente buscassem a satisfação dos legítimos “interesses nacionais” e de “segurança nacional”, há muito tempo teriam normalizado as relações com Cuba, pois paradoxalmente Cuba constitui uma garantia para os Estados Unidos em termos de segurança, em assuntos como a luta contra o terrorismo, o tráfico de pessoas, a imigração ilegal e o tráfico de drogas. No caso da política para Cuba, ainda que também para o resto da região, primou mais a lógica das *estratégias de segurança imperial*, do que de uma legítima segurança nacional.

## Referências

ALZUGARAY, Carlos. “La búsqueda de la verdad en el debate histórico: Acerca de una polémica sobre las relaciones Cuba—Estados Unidos al principio de la Revolución” in *La Jiribilla*, no. 411, La Habana, pp. 24—25.

ALZUGARAY, Carlos. *Diplomacia imperial y revolución. Estados Unidos ante la Revolución Cubana 1959—1960: Del reconocimiento reticente a la ruptura ominosa*. Texto presentado al Premio Casa de las Américas, 2012.



ARBOLEYA, Jesús. *Cuba y los cubanoamericanos*. El fenómeno migratorio cubano. Fondo Editorial Casa de las Américas: La Habana, 2013.

BÁRCENA LUIS, Antolín. El intercambio de mensajes entre Fidel Castro y N.S. Jruschov durante la Crisis de Octubre. Apuntes de un traductor a 50 años de los hechos, pp.7—8.

BORÓN. Atilio A. *América Latina en la Geopolítica Imperial*, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2014.

CASTRO, Fidel. “Del primer ministro Fidel Castro al presidente Lyndon B.Johnson, mensaje verbal entregado a la señorita Lisa Howard de la ABC News, el 12 de febrero de 1964, en La Habana, Cuba”, [www.gwu.edu/~nsarchiv/](http://www.gwu.edu/~nsarchiv/) (Traducción del ESTI).

\_\_\_\_\_. *Para mis compañeros de la Federación Estudiantil Universitaria*, mensaje publicado en el periódico Granma el 26 de enero de 2015.

CASTRO, Fidel, TARNOFF, Peter & PASTOR, Robert. “Memorándum de conversación (Tarnoff, Pastor, Fidel Castro), 3—4 de diciembre de 1978, La Habana” en *The Carter Administration. Policy toward Cuba: 1977—1981* (documentos desclasificados, Biblioteca del ISRI) (Traducción del ESTI), 1981.

CÉSPEDES, Alicia. *Referencias necesarias sobre Cuba—USA, 1959—1960. Un antiguo conflicto*. Editorial José Martí, La Habana, 2010.

DIEZ ACOSTA, Tomás. *Informe Final del Proyecto: La confrontación EE.UU.—Cuba en el primer mandato de Richard Nixon (1969—1972)*. Instituto de Historia de Cuba, La Habana, 2014, p.50 (inédito).

\_\_\_\_\_. *Octubre de 1962, A un paso del Holocausto*. Editora Política: La Habana, 2008.

EISENHOWER, Dwight D.. *Los años en la Casa Blanca. Haciendo la Paz, 1956—1961*. Doubleday and Co., New York, 1966.

GUERRA, Ramiro. *La expansión territorial de los Estados Unidos a expensas de España y de los países hispanoamericanos*. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1973.

GLEIJESES, Piero. “La causa más bonita: Cuba y África 1975—1988” en GLEIJESES, Piero, RISQUET, Jorge y REMÍREZ, Fernando (org.). *Cuba y África: Historia común de lucha y sangre*. Editorial de Ciencias Sociales: La Habana, 2007.



GLEIJESES, Piero. *Visiones de Libertad. La Habana, Washington, Pretoria y la lucha por el sur de África (1976—1991)*. Tomo I. Editorial de Ciencias Sociales: La Habana, 2015.

GLEIJESES, Piero. *Misiones en conflicto. La Habana, Washington y África. 1959—1976*. Editorial de Ciencias Sociales: La Habana, 2004.

HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Jorge. *Estados Unidos, hegemonía, seguridad nacional y cultura política*. Editorial de Ciencias Sociales: La Habana, 2010.

LEOGRANDE, William M. y KORNBLUH, Peter. *Diplomacia encubierta con Cuba*. Historia de las negociaciones secretas entre Washington y La Habana. Fondo de Cultura Económica: México, D.F, 2015.

LIMIA, Ernesto. *Cuba entre tres imperios: perla, llave y antemural*. Cuba: Casa Editorial Verde Olivo, 2014.

MIRANDA, Olga. *Cuba/Usa. Nacionalizaciones y Bloqueo*. Editorial de Ciencias Sociales: La Habana, 1996.

NIXON, Richard. *Six Crises*. Simon& Schuster: Nueva York, 1990.

PASTOR, Robert. “The Carter—Castro Years. A Unique Opportunity” in CASTRO MARIÑO Soraya and PRUSSEN, Ronald W (ed.). *Fifty Years of Revolution*. Perspectives on Cuba, The United States and the Word. University Press of Florida: Miami, 2012.

RAMÍREZ CAÑEDO, Elier. “Estados Unidos contra la independencia de Cuba: otro rostro del Bicentenario” in *Cuba en el movimiento independentista nuestroamericano*. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2012, pp.231—245.

RAMONET, Ignacio. *Cien Horas con Fidel. Conversaciones con Ignacio Ramonet*. Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado: La Habana, 2006.

SÁNCHEZ PARODI, Ramón. *La sociedad socialista cubana: actualidad, desafíos y perspectivas*. Ponencia en el CIPI: La Habana, 2012.

SUÁREZ SALAZAR, Luis. *Las relaciones oficiales entre Cuba y los Estados Unidos entre el 2014 y el 2017: una mirada prospectiva y sudhemisférica*. Ponencia Presentada en el Congreso LASA, Chicago, Estados Unidos, pp.3—4. En: <https://lasa.international.pitt.edu/auth/prot/congress-papers/Past/lasa2014/>



TOKATLIAN, Juan G.. “Introducción” en TOKATLIAN, Juan G.(comp.). *Colectivo de autores, Cuba—Estados Unidos: dos enfoques*. CEREC: Argentina, 1984.

VALDÉS, Nelson. “¿Cómo y por qué los EE.UU rompieron relaciones con Cuba? Un examen ecuaníme 54 años después” in: blog La Joven Cuba, <http://jovencuba.com/2015/01/15/como-y-por-que-los-eeuu-rompieron-relaciones-con-cuba-un-exame-n-ecuanime-54-anos-despues/>

### Documentos

Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado: “Girón. 40 años después”, Conferencia de académicos y actores históricos cubanos y norteamericanos, La Habana, 22—24 de marzo de 2001. Materiales de Información, Carpeta #2.

Reflexiones de Fidel Castro. *La tiranía mundial. Los fundamentos de la máquina de matar*. La Habana, 8 de julio de 2007.

Respuesta del memorándum de examen presidencial-36, presencia soviética-cubana en Africa, 18 de agosto de 1978, The Carter Administracion Policy toward Cuba: 1977-1981. Documentos desclasificados, Biblioteca del Instituto Superior de Relaciones Internacionales Raúl Roa García, La Habana, Cuba.

### Entrevistas

Entrevista realizada a Robert Pastor (vía correo electrónico), 5 de abril de 2009.

Entrevista realizada a Wayne Smith, (vía correo electrónico), 19 de junio de 2009.

### Estados Unidos—Cuba: ocho mitos de una confrontación histórica

#### Resumen

En este ensayo se desmontan disímiles mitos que en torno al conflicto Estados Unidos-Cuba se han tejido a lo largo del tiempo como parte de las campañas mediáticas de manipulación de la historia y la realidad cubana, dirigidas fundamentalmente desde los centros de poder del imperialismo. De esta manera, el autor va desde el origen del conflicto y el impacto del proceso revolucionario en su evolución dentro del contexto de la Guerra Fría hasta el papel que han desempeñado los distintos sujetos históricos, pasando por algunos de los momentos más críticos, como la Crisis de Octubre (conocida en otras latitudes como Crisis de los Misiles o Crisis del Caribe).

**Palabras claves:** Cuba – Estados Unidos – Conflicto – Historia



## **Estados Unidos—Cuba: oito mitos de uma confrontação histórica**

### **Resumo**

Neste ensaio se desmontam mitos dissimiles sobre o conflito Estados Unidos-Cuba que foram tecidos ao longo do tempo como parte das campanha midiáticas de manipulação da história e da realidade cubana, originadas fundamentalmente dos centros de poder do imperialismo. Desta maneira, o autor vai desde a origem do conflito e o impacto do processo revolucionário em sua evolução dentro do contexto da Guerra Fria até o papel que desempenharam os distintos sujeitos históricos, passando por alguns dos momentos mais críticos, como a Crise de Outubro (conhecida em outras latitudes como Crise dos Mísseis ou Crise do Caribe).

**Palavras-chave:** Cuba – Estados Unidos – Conflito – História

## **United States—Cuba: eight myths about a historical confrontation**

### **Abstract**

In this essay dissimilar myths about United States - Cuba conflict that have been build over time as part of the media campaigns of manipulation of Cuban history and reality, directed primarily from the centers of power of the imperialism are deconstruct. In this way, the author goes from the origin of the conflict and the impact of the revolutionary process on its evolution within the context of the Cold War to the role played by the different historical subjects, going through some of the most critical moments, such as the October Crisis (known in other latitudes as Missile Crisis or Caribbean Crisis).

**Keywords:** Cuba - United States - Conflict - History